



VALE DE LAMA

Relatório de inspeção em Mariana após o rompimento da barragem de rejeitos do Fundão

A Justiça Global agradece a colaboração dos seguintes movimentos e organizações:

Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale

Brigadas Populares

Coletivo Margarida Alves

Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração

Conselho Nacional de Direitos Humanos

Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB

Movimento Nacional pela Soberania Popular frente à Mineração - MAM

Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade – PoEMAS

e à toda População de Mariana





Não, Bento acabou. Bento foi um lugar que existiu e não existe mais. Virou fantasma, não existe mais nada lá além de umas seis casas de sobra. Mas acabou. Foi uma catástrofe. É um tsunami, um terremoto.

Moradora de Camargos, 14 de nov. 2105

1. INTRODUÇÃO

Este relatório é o resultado de duas idas da equipe da Justiça Global à região de Mariana: a primeira se deu pouco depois de completada uma semana do desastre, entre os dias 13 a 15 de novembro; e a outra entre os dias 11 e 15 de dezembro, alguns dias após decorrido um mês da catástrofe. Nossa segunda ida a campo se deu no contexto da visita do Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos para reuniões com a população atingida de Minas Gerais e do Espírito Santo, bem como por ocasião da plenária do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração, uma rede que congrega organizações, movimentos sociais, grupos de pesquisa, sindicatos, dentre outros atores, que questiona o modelo de mineração praticado atualmente no Brasil.

Apesar de o rompimento da barragem ter causado diversas violações de direitos humanos nas cidades afetadas pela enxurrada de lama da barragem de rejeitos do Fundão, a mineração já causa na região de Mariana diversos conflitos socioambientais desde muito antes. Por conta disso, a Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale elegeu a cidade como um dos pontos de sua caravana Sul, que abrangeu os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, ocorrida em agosto de 2015.

Nossa equipe constatou que a situação de direitos humanos na região de Mariana, estado de Minas Gerais, tem se agravado desde o rompimento da Barragem de Rejeitos do Fundão. Dentre os direitos violados com o desastre e a falta de respostas efetivas por parte do Estado e das empresas, encontram-se: direito à vida, à água, direito à moradia, direito ao trabalho, direito à saúde e o direito a viver em um meio ambiente saudável (vida e integridade física, moradia adequada, informação e recurso jurídico efetivo). Além disso, este informe relata situações de hostilidade e criminalização de defensores e defensoras de direitos humanos e movimentos sociais.

Encontra-se em risco a dignidade humana de 3,2 milhões de pessoas, que é o número estimado de habitantes da bacia do Rio Doce, principal afetada pelo desastre socioambiental.

2. VALE DE LAMA: DO DESASTRE SOCIOAMBIENTAL EM MARIANA

No dia 05 de novembro de 2015, a barragem de rejeitos de mineração do Fundão, operada pela mineradora Samarco, se rompeu no Município de Mariana, Minas Gerais, causando o maior desastre ambiental ocorrido no Brasil relacionado à atividade minerária. Em poucos minutos, milhares de toneladas de lama tóxica alcançaram o distrito de Bento Rodrigues, destruindo completamente o local. Em horas, a lama se alastrou, soterrando casas do distrito de Paracatu de Baixo. A lama tóxica também atingiu outros distritos rurais de Mariana.

No dia seguinte, 06 de novembro, a enxurrada de lama chegou ao município vizinho, Barra Longa, causando igualmente a destruição das plantações e atingido a área central do município. Embora a lama somente tenha chegado a Barra Longa catorze horas depois do rompimento da barragem, a população desta cidade tampouco foi comunicada em tempo hábil de salvar objetos e bens de suas casas. A lama destruiu casas, igrejas, escolas, currais, pontes, plantações e criações.

O percurso da lama continuou com intensidade, atingindo o Rio Doce e todos os municípios cortados por ele entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Em entrevista concedida em 19 de novembro, Luciano Magalhães, diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Baixo Guandu (ES), declarou que a água do Rio Doce “não tem mais utilidade nenhuma, sendo imprópria para irrigação e consumo animal e humano”¹.

É importante destacar que 3,2 milhões de pessoas residem na bacia do Rio Doce. A região do complexo minerador Mariana localiza-se no Alto do Rio Doce, onde estão as nascentes mais importantes para a formação do rio. A lama atingiu diversos córregos e cursos d'água que formam os rios Gualaxo do Norte e rio do Carmo, alcançando e arrasando completamente estes dois rios, que são importantes afluentes do Rio Doce.

A dimensão geográfica da tragédia é fundamental para entender o alcance da lama: a barragem se rompeu na região do alto do Rio Doce, a aproximadamente 1.200 metros de altitude. A lama foi então a jusante, favorecida pelo relevo, descendo com mais força pelos rios e destruindo a vida aquática do Rio Doce, uma das bacias hidrográficas mais importantes do país. Até o presente momento, cerca de 9 milhões de toneladas de peixes já foram encontrados mortos na beira do rio². É preciso destacar que a contaminação afetou a nascente do Rio Doce.

1 Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Meio-Ambiente/noticia/2015/11/e-oficial-o-rio-doce-esta-completamente-morto.html>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

2 Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/11/26/ibama-registra-9-toneladas-de-peixes-mortos-nas-margens-do-rio-doce.htm>>. Acesso em: 04 dez. 2015.

No dia 22 de novembro a lama chegou à praia de Regência, em Linhares (ES), foz do rio Doce. A lama está avançando pelas praias do município, rumando principalmente em direção ao norte do Espírito Santo³. São ainda incalculáveis os danos que poderão ser causados à vida marinha deste grande ecossistema, bem como sobre as vidas das pessoas que dependem dos rios para viver.

Até o momento, contabiliza-se o número de dezessete mortos e dois desaparecidos⁴, além de 350 famílias desalojadas⁵, sendo que estes números não são definitivos. As buscas por vítimas fatais continuam.

A Justiça Global acompanha, até o momento, os impactos sofridos nas seguintes comunidades rurais: Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima, Gesteira, Campinas, Pedras, Camargos e Ponte do Gama. Outros meios noticiaram impactos em Borba e Bicas.



Paracatu de Baixo

3 Disponível em: <<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2015/11/lama-de-barragem-da-samarco-chega-ao-mar-no-es.html>>. Acesso em: 07 dez. 2015.

4 Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/veja-lista-de-desaparecidos-no-rompimento-de-barragens.html>>. Acesso em: 08 jan. 2015.

5 Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/12/07/interna_gerais,714780/atingidos-por-lama-da-samarco-viram-prisioneiros-da-tragedia.shtml>. Acesso em: 07 dez. 2015.

3. CARACTERIZAÇÃO DA SAMARCO

3.1. Características de composição da Samarco

Fundada em 1977, a Samarco é uma *joint venture*, controlada em partes iguais por dois acionistas: a anglo-australiana BHP Billiton e a brasileira Vale S.A. Seu principal produto são pelotas de minério de ferro, produzidas a partir da transformação de minerais de baixo teor em um produto de alto valor agregado, e comercializado para a indústria siderúrgica mundial. É uma empresa essencialmente exportadora, tendo ocupado, em 2014, a 10ª posição⁶.

A empresa emprega cerca de 3 mil trabalhadores diretos e 3,5 mil terceirizados. A Samarco Mineração S.A. opera um sistema integrado em Minas Gerais e Espírito Santo formado por duas minas, três usinas de beneficiamento, três minerodutos, quatro usinas de pelotização e um porto. A Samarco também possui participação de 25% em duas empresas de pelotização na China⁷.

A Samarco é uma das empresas brasileiras líderes na implementação de políticas de responsabilidade social corporativa. A empresa foi a primeira mineradora do mundo a ter a certificação ISO 14001, de gestão ambiental, para todas as etapas de produção⁸, além de ter assumido outros compromissos em matéria de responsabilidade social corporativa, como o Pacto Global da ONU⁹.

3.2. Características das Operações da Samarco na Região

O complexo da Samarco é assim estruturado: extração (minas), transporte (minerodutos), rejeitos (barragens de rejeitos e pilhas de estéril), concentração (usinas de pelotização) e exportação (porto).

As pelotas de minério de ferro produzidas pela Samarco são exportadas para mercados nas Américas, Oriente Médio, Ásia e Europa, no total de 19 países. Desde a inauguração do Projeto Quarta Pelotização, no primeiro semestre de 2014, a capacidade de produção aumentou 37%, alcançando o patamar de 30,5 milhões de toneladas anuais, o que aumentou consideravelmente, por consequência, o montante de rejeitos depositados nas barragens específicas para esta finalidade¹⁰.

6 Disponível em: <<http://www.samarco.com/index.php/institucional/a-empresa/>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

7 Samarco. **Relatório Anual de Sustentabilidade 2014**. Disponível em: <<http://www.samarco.com/wp-content/uploads/2015/11/Relatorio-Anual-de-Sustentabilidade-2014.pdf>>. Acesso em: 04 dez 2015.

8 Disponível em: <<http://www.istoedinheiro.com.br/blogs-e-colunas/post/20151109/caso-samarco-desmoronamento-responsabilidade-social-corporativa/7737>>. Acesso em: 04 dez. 2015;

9 Samarco. **Relatório Anual de Sustentabilidade 2014**. Disponível em: <<http://www.samarco.com/wp-content/uploads/2015/11/Relatorio-Anual-de-Sustentabilidade-2014.pdf>>. Acesso em: 04 dez 2015.

10 Ibidem.

Ou seja, a Samarco estava em processo de ampliação de suas atividades, quando da ocorrência do desastre.

A Samarco possui três usinas de concentração instaladas na unidade de Germano, em Minas Gerais, que realizam o beneficiamento do minério e aumentam o seu teor de ferro. A estrutura da empresa conta ainda com quatro usinas de pelotização (que transformam o minério em pelotas) na unidade de Ubu, no município de Anchieta, no Espírito Santo. As duas unidades industriais são interligadas por três minerodutos, com quase 400 quilômetros de extensão cada, que transportam a polpa de minério de ferro entre os dois estados e passam por 25 municípios¹¹. Além das operações industriais, a Samarco detém uma usina hidrelétrica, em Muniz Freire (ES), e participa do consórcio da usina hidrelétrica de Guilman-Amorim, em Antônio Dias e Nova Era (MG)¹².

A empresa ainda possui um terminal marítimo próprio, localizado em Ubu (ES), por onde escoa sua produção, além de escritórios de vendas, em Belo Horizonte (MG) e Vitória (ES), e dois internacionais, em Amsterdam (Holanda) e Hong Kong (China)¹³.

O Complexo Mariana é composto por três minas e quatro usinas principais de beneficiamento da Vale; e duas minas, três usinas de beneficiamento, três minerodutos, quatro usinas de pelotização, além do porto da Samarco¹⁴. Todo o processo de extração e beneficiamento inicial gera dois tipos de resíduos: as pilhas de estéril (resíduo seco) e as barragens de rejeitos (resíduo úmido).

Algumas das minas do complexo possuem barragens próprias, como no caso da mina Alegria, da Vale, mas todas as minas desta área e a usina da Samarco direcionam parcial ou integralmente os rejeitos úmidos para as três grandes barragens do complexo: Germano, Santarém e Fundão, todas classificadas pela Fundação Estadual do Meio Ambiente como Classe III (alto potencial de dano ambiental)¹⁵. Este dado revela a participação da Vale, como empresa autônoma, também no montante de resíduos depositados nas barragens, e não apenas na composição acionária da Samarco, que divide com a BHP Billiton.

11 Disponível em: <<http://www.samarco.com/index.php/institucional/a-empresa>>. Acesso em: 04 dez. 2015

12 Ibidem

13 Samarco. **Relatório Anual de Sustentabilidade 2014**. Disponível em: <<http://www.samarco.com/wp-content/uploads/2015/11/Relatorio-Anual-de-Sustentabilidade-2014.pdf>>. Acesso em: 04 dez 2015

14 Vale. **Relatório Anual 2014**. Disponível em: <http://www.vale.com/PT/investors/information-market/annual-reports/20f/20FDocs/Vale%2020-F%202014_p_novo.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2015

15 Informação disponível no Relatório *Antes fosse mais leve a carga: uma avaliação dos aspectos econômicos e sociais do desastre da Vale/BHP/Samarco em Mariana (MG)*, elaborado pelo Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade – PoEMAS. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/PoEMAS-2015-Antes-fose-mais-leve-a-carga-versão-final.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2015



Barragem de rejeitos de Germano

É importante ressaltar a utilização da água em todo esse processo: para a fase inicial de beneficiamento a água é usada para lavar o minério e os rejeitos úmidos deste processo são depositados na barragem de rejeitos. As barragens são construídas, sempre, nos leitos de rios e córregos, destruindo assim de forma irreversível estes cursos d'água. No caso do complexo da Samarco, três minerodutos transportam a polpa do ferro até as usinas de pelotização em Anchieta, no Espírito Santo. O meio condutor desta polpa é a água, e os minerodutos funcionam 24 horas por dia com um consumo elevado de água.

Os três minerodutos conjuntamente consomem o total de 105,6 milhões de litros diários¹⁶. Para fins de comparação, esse montante supera o consumo de água diário de uma cidade como Contagem (MG), que possui quase 650 mil habitantes.

A Samarco havia encomendado, em 2009, um plano de monitoramento 24 horas de suas barragens, bem como um sistema para ser utilizado em situações de emergência. Entretanto, as medidas previstas não foram implementadas, em virtude da crise econômica. O plano de contingência,

¹⁶ Ibidem.

que suprimiu o monitoramento das barragens e o sistema de alerta emergencial, em desacordo com a legislação ambiental, foi apresentado às autoridades de fiscalização e foi aprovado¹⁷. A Samarco não possuía sistemas de alarme sonoro, exigidos em lei, nem pessoal qualificado para dar assistência à população em caso de emergência¹⁸.

Além disso, o Plano de Ações Emergenciais da Samarco (PAE) ainda previa a realização de simulações de situações de emergência com as populações situadas à jusante das barragens, o que não foi realizado¹⁹, e atribuía ao Poder Público a tarefa de avisar e remover a população do entorno, no caso de uma emergência, quando esta obrigação é da própria empresa²⁰.

A Samarco se utiliza do conceito de “Early Warning System”, em tradução literal: “Sistema de Alerta Antecipado”, do *United States Bureau of Reclamation*. O Plano de Ações Emergenciais (PAE) da Samarco deveria incluir ações de prevenção, como simulações com as comunidades em caso de emergência e trabalhos de comunicação social neste sentido. Entretanto, em relatório de 2014, o plano de contingências da empresa afirma que: “Na versão atual do PAE não serão realizados exercícios de simulação fora do âmbito da Samarco, ou seja, não haverá a participação efetiva da população de comunidades situadas a jusante das barragens”. Esta decisão demonstra que a propaganda de “Sistema de Alerta Antecipado” feita pela Samarco em seu PAE não condiz a prática real da empresa. Neste mesmo relatório da empresa, foi apresentando o escopo da região que seria considerada no PAE. Estranhamente, a empresa inclui apenas o distrito de Bento Rodrigues, e exclui todos os demais distritos rurais vizinhos, que afinal foram também seriamente impactados pelo rompimento da barragem. E os distritos e demais municípios à jusante de Bento Rodrigues tampouco foram considerados.

No Estudo de Impacto Ambiental da barragem de Fundão, realizado no âmbito do processo de licenciamento, apenas o povoado de Bento Rodrigues – descrita como “única comunidade vizinha relativamente próxima ao empreendimento e, portanto mais suscetível aos eventuais efeitos da alteração de qualidade de água da operação do empreendimento, ou do fornecimento de mão de obra para a etapa de obra”²¹ – e os municípios de Ouro Preto e Mariana são considerados como

17 Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/11/1710705-mineradora-engavetou-plano-para-alertar-vizinho-de-barragem-em-mg.shtml>>. Acesso em: 07 dez. 2015.

18 Informação disponível no Relatório *Antes fosse mais leve a carga: uma avaliação dos aspectos econômicos e sociais do desastre da Vale/BHP/Samarco em Mariana (MG)*, elaborado pelo Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade – PoEMAS. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/PoEMAS-2015-Antes-fose-mais-leve-a-carga-versao-final.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2015

19 Documento assinado por entidades da sociedade civil e movimentos sociais enviado ao Conselho Nacional de Direitos Humanos, em 16 de novembro de 2015.

20 Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/24/interna_gerais,710870/samarco-contratou-plano-de-emergencia-para-desastre-mas-nunca-pos-em.shtml>. Acesso em: 07 dez. 2015.

21 Citação oriunda do Estudo de Impacto Ambiental da Barragem de Rejeito do Fundão (Brandt, 2005), reunida no Relatório *Antes fosse mais leve a carga: uma avaliação dos aspectos econômicos e sociais do desastre da Vale/BHP/*

localidades atingidas pelo empreendimento, direta ou indiretamente. Não é exagero, portanto, dizer que o EIA subestimou os possíveis impactos de um acidente sobre as comunidades situadas no entorno do empreendimento²².

A equipe da Justiça Global que esteve em campo constatou que a região é formada por diversas pequenas comunidades rurais, estruturadas em pequenas unidades familiares de produção em sua maioria. Tendo em vista as características do relevo, o padrão de ocupação humana da região, e a proximidade com os cursos d'água - fatores que deveriam ser determinantes na análise preventiva de um desastre envolvendo a barragem de rejeitos -, não faria sentido considerar apenas o distrito de Bento Rodrigues como o único local com o potencial de ser afetado. Claramente a empresa não levou a sério a consideração do escopo da região que poderia ser atingida ao elaborar o seu plano de ações emergenciais.

A barragem Fundão passou por um processo de revalidação da sua Licença de Operação (LO) em 2013²³. Estudo encomendado pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, realizado pelo Instituto Prístino afirma que havia um risco de rompimento da barragem do Fundão, em virtude da sinergia de impactos, causada pela sobreposição de áreas diretamente afetadas da Barragem do Fundão e da Pilha de Estéril União da Mina de Fábrica Nova da Vale²⁴. Ainda assim, a LO foi concedida pelo Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) de Minas Gerais. Ou seja, é possível afirmar que a empresa e o Estado de Minas Gerais tinham ciência da possibilidade de ruptura das barragens, razão adicional para ter sido feito um plano efetivo de prevenção, com formação nas comunidades e sistema de alerta em caso de rompimento.

Depoimentos de moradores afetados pela tragédia revelam a compreensão de que a empresa

Samarco em Mariana (MG), ainda não divulgado, elaborado pelo Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e

22 Informação disponível no Relatório *Antes fosse mais leve a carga: uma avaliação dos aspectos econômicos e sociais do desastre da Vale/BHP/Samarco em Mariana (MG)*, elaborado pelo Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade – PoEMAS. Disponível em: < <http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/PoEMAS-2015-Antes-fose-mais-leve-a-carga-versao-final.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2015

23 O processo de licenciamento ambiental possui três etapas distintas: Licenciamento Prévio, Licenciamento de Instalação e Licenciamento de Operação. A Licença Prévia (LP) - Deve ser solicitada ao IBAMA na fase de planejamento da implantação, alteração ou ampliação do empreendimento. Essa licença não autoriza a instalação do projeto, e sim aprova a viabilidade ambiental do projeto e autoriza sua localização e concepção tecnológica. Além disso, estabelece as condições a serem consideradas no desenvolvimento do projeto executivo. A Licença de Instalação (LI) - Autoriza o início da obra ou instalação do empreendimento. O prazo de validade dessa licença é estabelecido pelo cronograma de instalação do projeto ou atividade, não podendo ser superior a 6 (seis) anos. A Licença de Operação (LO) - Deve ser solicitada antes de o empreendimento entrar em operação, pois é essa licença que autoriza o início do funcionamento da obra/empreendimento. Sua concessão está condicionada ao atendimento de todas as exigências e detalhes técnicos descritos no projeto aprovado. O prazo de validade é estabelecido, não podendo ser inferior a 4 (quatro) anos e superior a 10 (dez) anos.

24 Disponível em: <http://www.meioambiente.mg.gov.br/images/stories/URCS_SupramCentral/RioVelhas/69/9.1-laudo-tecnico.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2015.

teria conhecimento sobre os riscos da barragem como também a ausência de qualquer processo de alerta. Segundo um morador de Bento Rodrigues, entrevistado pela Justiça Global em 14 de novembro de 2015,

[...] não avisaram nada. Foram os moradores do local mesmo que, Graças a Deus são todos amigos e empenhados, que já viviam com essa história de barragem, que conseguiram salvar todo mundo. Uma menina que trabalhava na área da Samarco, lá embaixo, em Bento Rodrigues, na Fazenda que foi levada também pela lama, ela ouviu no rádio e saiu chamando toda a comunidade e deu tempo de salvar muitos por causa dela. [...]

Uma moradora de Camargos, quando questionada sobre a existência de alerta também ressaltou a ausência da mesma:

Não, uns dois dias antes a gente escutou uma explosão, aquela explosão muito forte, uma serração assim vermelhado, tudo aqui assim. Ainda pensei, oh gente, o que que é isso? Será que é fogo lá na serra? A gente pensou que era isso, mas não era não, já era mesmo da represa né?

O depoimento desta moradora também revela a possibilidade da empresa ter conhecimento prévio dos perigos de rompimento da barragem:

A Samarco, acho que ela tem responsabilidade sobre isso porque já participei de várias reuniões na Samarco e eles nunca tocaram neste assunto dos resíduos, de que podia estourar a represa em qualquer momento. Só explicava para nós como saia o minério, derem cursos para nós de culinária, de doces. Mas nunca falaram sobre isso. Jamais a gente podia imaginar. Ouvi falar que eles sabiam que se esta represa podia estourar, ela não comportava tanto resíduo, que ia descer, que podia vir para Camargo. Mas eles nunca mencionaram isso.

Porque falha foi. Foi uma falha porque antes disso, porque eles já sabiam que corria risco essa represa. Então qual a obrigação deles? De colocar a sirene aqui e no Bento, em vários setores. Mas nunca fizeram nada. Achou que nunca ia acontecer. Espera acontecer pra depois agir. Então foi uma falha muito grande. Eu acho, considero assim, não entendo de geologia, não entendo de nada, mas eu acho que foi uma falha muito grande deles com o ser humano e com o meio ambiente (Entrevista concedida à Justiça Global, em 13 de novembro, 2015)

Em entrevista concedida à Justiça Global, no dia 14 de novembro deste ano, outro morador de Bento Rodrigues, ex-funcionário da Samarco que já havia trabalhado na barragem de Fundão foi além, afirmando:

É um momento até triste de lembrar também porque saber que há muito tempo já se ouvia falar que a barragem era perigosa, que tinha risco, que reunião onde se indagava sobre a barragem, qual seria o risco, onde ela trincaria, o que poderia acontecer, aí diziam pra gente que tinha vazão, que ela não chegaria a afetar ninguém. E hoje o que nós vemos é isso, praticamente varreu nosso distrito. Totalmente seguro, sabíamos que não era, mas não sabíamos que ia ser neste naípe, que ia acontecer deste jeito.

Sobre a falta de segurança, o morador explica:

Vou fazer 31 anos agora. Há mais de 20 anos que ouço essa história. Quando eu era criança, nem sei te dizer quando, não foi feito um teste de evacuação, mas foi uma emergência, evacuaram todo mundo, chegou aquele negócio todo. Isso foi há mais de 25 anos e hoje, depois desse tempo todo, não tivemos um plano de evacuação, um plano de emergência, alguma coisa pra avisar a gente porque creio eu que se a gente tivesse tido uns 15, 10 minutos ali, um aviso antes, a gente não teria tido perdas humanas, não teríamos vítimas fatais. Danos materiais com o tempo a gente constrói, mas uma vida é difícil, não tem como, nem explicar. Mas não avisaram nada pra gente, foi um sufoco, todo mundo na rua, a gente saía correndo...

O processo de revalidação da licença de operação da barragem do Fundão, ao desconsiderar os riscos de rompimento apontados no laudo da instituição contratada, revela também a negligência do Estado com os procedimentos administrativos de prevenção a riscos ambientais. O licenciamento ambiental é uma forma de mitigar os efeitos, controlar os danos e minimizar os riscos que o empreendimento oferece à população e ao meio-ambiente. Ao enxergar os procedimentos de licenciamento como meros entraves burocráticos, que se colocam no caminho do “progresso”, o Estado permite que os interesses econômicos prevaleçam e negligencia o seu dever de zelar pelo interesse público.

Deve-se ressaltar, ainda, que as outras duas barragens operadas pela Samarco na região, Germano e Santarém, possuem risco de rompimento²⁵. A informação somente foi confirmada pela empresa 12 dias após o desastre envolvendo a barragem do Fundão, quando a imprensa já noticiava o perigo de uma nova catástrofe. A licença de operação da barragem de Santarém encontra-se vencida desde maio de 2013. A barragem de Germano, a maior do complexo, tinha licença de operação valendo entre 2009 e 2013 e também aguarda a avaliação da renovação. Segundo a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, a operação das barragens permanecia regular mesmo com o vencimento do período das licenças de operação, pois o processo de renovação aguardava a manifestação deste órgão ambiental²⁶.

25 Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/samarco-admite-risco-de-rompimento-nas-barragens-santarem-e-germano.html>>. Acesso em: 07 dez. 2015.

26 Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/licenciamento-de-barragem-em-mariana-esta-vencido-ha-dois-anos-18022460>>. Acesso em: 07 dez. 2015.

O descaso e a manipulação dos procedimentos de licenciamento ambiental para favorecer interesses econômicos não ocorre somente em casos específicos, mas é também acompanhada de propostas legislativas que alteram o regime geral de licenciamento ambiental. Um exemplo disso é o PLS 654/2015, que tramita na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional do Senado. O projeto diminui o controle e fiscalização sobre os mais complexos projetos de infra-estrutura, trazendo uma série de inovações ao processo de licenciamento ambiental, tais como a eliminação de espaços de participação direta de atingidos e interessados, a diminuição do prazo para realização de estudos ambientais e a criação de uma “licença ambiental integrada”.

4. DIREITO À SAÚDE E A UM MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL

No âmbito global, o direito à saúde é consagrado pelo artigo 12 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ratificado pelo Brasil, o qual reconhece o direito de todos e todas ao gozo do mais alto nível possível de saúde física e mental.

Conforme afirma o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais,

o artigo 12 reconhece que o direito à saúde inclui uma ampla gama de fatores socioeconômicos que promovem as condições sob as quais as pessoas podem levar uma vida saudável, o que torna este direito extensivo aos fatores determinantes básicos da saúde, como a alimentação e a nutrição, a moradia, o acesso à água limpa e potável e a condições sanitárias adequadas, condições de trabalho seguras e saudáveis e um meio ambiente saudável²⁷.

O mesmo Comitê DESC entende ainda que a participação da população em todo processo de tomada de decisões sobre as questões relacionadas à saúde integram este direito. Cabe mencionar ainda que o direito à saúde inclui uma obrigação, por parte do Estado, da necessidade de prevenir e reduzir a “exposição da população a substâncias nocivas tais como radiações, substâncias químicas nocivas ou outros fatores ambientais prejudiciais que afetam direta ou indiretamente a saúde dos seres humanos”.

Além disso, a ONU estabeleceu um conjunto de dez regras específicas que devem ser adotadas, em caso de acidentes envolvendo mineração. São elas: 1) Identificar participantes e estabelecer comunicação; 2) Avaliar os riscos; 3) Rever os planos existentes e identificar pontos falhos; 4) Identificação de funções; 5) Combinar tarefas e recursos; 6) Incorporar planos individuais ao plano integrado e conciliar; 7) Preparar plano final e obter aprovação; 8) Treinamento; 9) Teste, Revisão e

²⁷ Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, Observação Geral N° 14, ‘O direito ao desfrute do mais alto nível possível de saúde (artigo 12 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais)’, E/C, 12/2000/4, § 2.

Como se vê, portanto, o plano tido como exemplar pela ONU não pode prescindir da participação da comunidade do entorno para sua implementação, o que não ocorreu no caso do desastre do Rio Doce, provocado pela Samarco, Vale e BHP Billiton.

Em âmbito nacional, a Constituição Federal de 1988 consagra a saúde como um direito fundamental, garantindo uma proteção diferenciada:

Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Ainda que o direito a um meio ambiente saudável não esteja explicitamente reconhecido no Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, está vinculado a outros direitos protegidos pelo Pacto, como o direito à Saúde. Um dos marcos importantes para a afirmação do direito humano ao meio ambiente é a Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas de 1990, que reconheceu o direito de todos a viver em um ambiente adequado para a saúde e o bem estar²⁹.

Assim, para efeitos deste relatório, entende-se o direito de se viver em um meio ambiente saudável nas suas diversas dimensões, que inclui o direito à vida, à saúde, à moradia digna, ao saneamento ambiental, acesso à informação e à participação. Graves violações a este complexo de direitos ocorreram a partir do rompimento da barragem de rejeitos, como será demonstrado nas sessões a seguir.

4.1 Aspectos psicossociais das populações atingidas

Na tragédia de Mariana percebemos inúmeros impactos psicossociais nos atingidos, que se revelam de diferentes níveis e maneiras. Diagnóstico realizado por uma brigada de solidariedade formada por médicos da Rede Nacional de Médicas e Médicos Populares, que passou quinze dias em visita à região, constatou uma série de preocupações sobre o estado das famílias vítimas do rompimento da barragem, e sobre o tipo de atendimento dispensado às mesmas por parte dos órgãos públicos de saúde:

28 United Nations Environment Programme. **APELL for Mining: guidance for the Mining Industry in Raising Awareness and Preparedness for Emergencies at Local Level**. UNEP, 2001.

29 Assembleia Geral da ONU, **Need to ensure a healthy environment for the well-being of individuals**, A/RES/45/94, 68th sessão plenária, 14 de dezembro 1990, §1

Os casos que chegam à Unidade Básica de Saúde são de diarreia e vômito, problemas respiratórios, dermatoses, conjuntivites por conta do contato com a lama e a poeira. Contudo, a maior demanda apresentada neste momento é de escuta e acompanhamento psicológico devido ao trauma ocorrido. Há também preocupações relativas aos impactos na saúde no médio e longo prazo por conta do contato com a lama tóxica e da contaminação da água, do solo e dos animais. (...) São muitos os impactos psicossociais causados à população atingida em um desastre deste porte. Para começar, o sofrimento das famílias que perderam seus entes queridos. Sofrimento que, em alguns casos, se prolonga ainda mais diante da forma como a Samarco tem conduzido os processos, gerando mais angústia nas pessoas que só querem enterrar os corpos dos seus com dignidade.³⁰

Os profissionais da Rede Nacional de Médicas e Médicos Populares destacam como demandas mais emergenciais e constantes aquelas relacionadas à saúde mental: estresse pós-traumático, quadros de depressão, insônia e ansiedade.

E não somente naquelas populações que perderam as suas casas ou seus entes queridos. O sentimento de angústia profunda é algo generalizado por todos os locais por onde passou a lama de rejeitos destruindo casas, plantações, construções e matando criações, peixes e pessoas. Um agricultor de Paracatu de Baixo, por exemplo, afirmou em entrevista no dia 14 de novembro, emocionado:

Para ser sincero eu espero que a gente consiga resgatar a nossa história de vida. Não posso falar nisso não. Paracatu ficou acabado né? Não gosto de falar de Paracatu não. Quando falo de Paracatu eu fico chateado porque é acabar com uma história. Destruí tudo.

Muitas famílias não tiveram a casa destruída, mas perderam criações de gado que produziam leite e laticínios. Estas pessoas também não sabem como será o futuro: de que e como proverão o seu sustento.

Um dos moradores de Bento Rodrigues explicou o que está ocorrendo com um outro morador em decorrência da destruição da sua terra:

Tem um rapaz lá, ele é até uma criança da Vale, destes trens da Vale, ele e o irmão dele ficavam lá mexendo com vaca, tinham um sítio. Foi tomado tudo. Este rapaz tá até no outro colégio aqui. Ele tá louco, já ameaçou suicídio porque não consegue viver sem a terra, tudo que ele fazia saía dali, tinha criação de porco, de vaca, tinha os cavalos dele. Vivia daquilo, queijo, leite, vivia daquilo mesmo. Tinha uns palmares de laranja, mexerica, jabuticaba. Ele vendia jabuticaba, laranja, mexerica, vendia abacaxi, tinha tudo. Vivia daquilo e hoje perdeu tudo. É complicado. (Em entrevista, 14 de nov., 2015)

30 Relato completo disponível em: <https://saude-popular.org/?p=2016>



Paracatu de Baixo

O mesmo sentimento abate os agricultores que tiveram as plantações arrasadas, como no distrito de Gesteira, pertencente ao município de Barra Longa. Poucas casas foram destruídas, e no local não houve vítima fatal, mas a lama destruiu todas as áreas de plantio da comunidade e cimentou o leito do Rio Gualaxo do Norte, deixando os agricultores sem meios de sustento. Não é diferente a angústia que se abateu de forma desoladora aos pescadores do Rio Doce, uma das mais importantes bacias hidrográficas do Brasil, conhecido pela grande quantidade e variedade de peixes em suas águas. “A primeira coisa que me veio quando vi aqueles peixes morrendo foi que minha vida acabou e meu rio morreu”³¹, chora Benilde Madeira, pescador em Aimorés, Minas Gerais, entrevistado em 14 de novembro de 2015. Ele continua: “Não sei como vou pagar minhas contas, não sei como vou viver, eu não sei, eu não sei, eu simplesmente não sei.” Quem sabe dizer como ficará a vida de milhares de famílias que dependiam da pesca artesanal do Rio Doce?

É importante destacar que o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) estima em 2000 o número de pescadores afetados pela destruição da bacia do Rio Doce.

O mesmo lamento ecoa entre os povos Krenak, que viviam na beira do Rio Doce, na altura do município de Resplendor (MG), que pescavam, se banhavam e possuíam uma relação espiritual profunda com o rio desde tempos imemoriais. Não era “Rio Doce” para os Krenak, era *Watu*: “mar doce”, na língua materna. Os indígenas já fizeram mobilizações e fecharam os trilhos da Vale que passam nos limites da aldeia, e tem se manifestado de forma constante desde que a lama avançou sobre todo o curso do rio. “Não tem dinheiro que pague a riqueza que a gente tinha. O rio acabou e não vai mais voltar. É triste demais. Tudo o que nós queríamos, a gente conseguia lá. Tiraram essa alegria da gente”³², denuncia Mauro Krenak durante entrevista em 15 de novembro de 2015. Como os Krenak estão levando suas vidas com a tristeza de ter perdido o *Watu*? Os testemunhos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais que vivem às margens do Rio Doce revelam modos de vida ancorados em profundas ligações com a terra, o rio, a fauna e a flora; uma forma de organização do mundo e das ideias que transcende a lógica das trocas econômicas, da subsistência, e mesmo da linguagem dos direitos: o rompimento da barragem, a subtração do rio, e as consequências da exploração de atividades econômicas sobre os seus territórios tradicionais afetam o seu modo de vida de forma absoluta. Como lidar com uma angústia, ansiedade, estresse, tristeza que são individuais e que ao mesmo tempo atingem coletividades inteiras?

Alguns dos casos particularmente mais dramáticos se referem aos atingidos de Bento Rodrigues, o primeiro distrito rural onde chegou a lama, destruindo por completo a comunidade. Como a Samarco não havia instalado nenhum tipo de dispositivo de alarme para alertar os moradores em caso de rompimento, não houve tempo hábil para que todos fossem socorridos. Algumas pessoas da

31 Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151130_pescador_foto_choro_entrevista_rs?ocid=socialflow_facebook

32 Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/11/19/indios-lamentam-tragedia-em-mg-o-rio-doce-sabia-que-ia-ser-morto.htm>. Acesso em: 08 dez. 2015.

comunidade morreram, muitos se machucaram na correria de escaparem da lama, muitas famílias se perderam na confusão e somente se encontraram no dia seguinte. O rompimento aconteceu perto das 16 horas e, em pouco tempo, a lama de rejeitos desceu a serra e percorreu os cinco quilômetros de distância entre as barragens e a comunidade, chegando o socorro oficial apenas no dia seguinte. Os moradores sobreviventes passaram toda a madrugada no alto de um morro no limite da comunidade, sem conseguirem dormir, em pânico.

Apresentamos abaixo o relato longo de uma das moradoras de Bento Rodrigues, de 30 anos, que estava grávida e sofreu um aborto espontâneo no momento em que estava lutando para sobreviver no meio da enxurrada da lama. O relato monta um cenário completo do que foram aqueles momentos de desespero das pessoas de Bento Rodrigues, atingidas sem nenhum aviso prévio. E nos dá alguns indícios fortes do quadro de sofrimento psicológico a que estão submetidos os atingidos que viveram estes momentos de horror, e que não sabem como será a reconstrução da vida:

Na hora que soube que a lama descia, segurei meu menino de dois anos e fui para a casa da vizinha, que era mais alta que a nossa. Acreditávamos que ela ficaria apenas a alguns centímetros. Eu pensei que o barro viria e depois a gente limparia. Foi o tempo de entrarmos [ela, o irmão, o filho e os três sobrinhos] e subirmos no sofá. Segurei meu sobrinho pelo braço direito e meu filho no braço esquerdo.

Eu ia correr, mas não consegui subir o morro. Minhas pernas travaram. Olhei para trás e vi meu irmão com meus três sobrinhos em apuros e voltei para ajudá-lo. Ele com o filho de quatro anos no colo e o outro atrás dele. Quando percebemos a lama dentro da casa, já estava na altura do joelho. A residência dela era grande e quando vi o fundo caindo, como se fosse um papelão se amassando, com a lama engolindo tudo, segurei os meninos com a força que eu tinha.

Quando afundei e voltei, a primeira coisa foi olhar para meus braços se certificar se as crianças ainda estavam comigo, mas eu os perdi. Rezei na hora a Deus para proteger meus filhos, meu irmão e meus sobrinhos desta porcaria toda. E quando eu pensava que estava livre, vinha outra onda e me mandava mais longe. Aí eu me levantava para reconhecer onde estava e não via ninguém. Pensei em me agarrar em alguma coisa, mas tudo que eu segurava afundava. E as ondas me arrastavam.

Eu pedi a Deus que se fosse da vontade Dele, deixasse meu filho sobreviver, mas se fosse para ele morrer, eu entenderia. Foi quando senti meu filho sair da minha barriga, caindo pelas minhas pernas. Pode ter sido melhor assim, pois engoli tanta lama que ele poderia nascer sem saúde.

Vi um caule de bananeira e debrucei em cima, peguei uma folha de palmeira e fiquei acenando. Pedi ajuda para um homem que vi de longe, mas tudo que eu agarrava para chegar mais perto dele afundava. Ele jogou um galho de árvore e me puxou. Eu já estava fraca e quase sem voz. Depois ele conseguiu resgatar meu sobrinho também.

Pensei que iria morrer e que naquelas alturas os meninos já estavam mortos. A gente não imagina que uma criança de dois anos [seu filho], meninos de quatro, cinco e de oito [seus sobrinhos] iriam sobreviver [seu irmão foi encontrado e hospitalizado na sequência]. Pensei que também iria morrer. Até hoje sinto dores no corpo. Perdi meu filho de três meses e minha sobrinha, que 40 minutos antes foi em casa e ao sair me pediu benção. Vou lutar por meus direitos até o fim. Dinheiro nenhum vai trazê-los de volta. Mas não vou desistir.

Se fosse durante a noite, ninguém teria se salvado. E até hoje não acredito no que aconteceu. Ainda quero ir lá em Bento Rodrigues para ver o que aconteceu. Eu sei que lá está tudo destruído. Vejo reportagens, vejo fotos e jornal. Mas quero ir lá. Minha ficha ainda não caiu. Prefiro ficar lá em cima [no quarto do hotel], quietinha. Pensando. Só desço quando é necessário.

Nunca mais vou ter meu cantinho. Meu cantinho. Foi difícil construir ele. Me entregaram esta casa no dia 11 de abril do ano passado. E hoje olho para trás e vejo que nunca mais vou ter uma casinha igual. Mesmo se fizerem o mesmo projeto não será a mesma coisa. Não vai ter a rua que meu filho e meus sobrinhos brincavam. Minha casa e do meu irmão era colada uma na outra. No domingo passado, estava todo mundo na casa da minha mãe. Meus tios, meus irmãos. Molecada brincando de bola. Minha mãe fez broa. Estava todo mundo feliz.

E não tenho mais cabeça para reunião (da Samarco). A gente não pode nem falar direito porque não dá tempo. Eles terminam a reunião e vão embora. Entra cada um no seu carrinho e ó, dá o fora. A psicóloga perguntou se quero fazer tratamento. Quero não. Quem bate esquece, quem apanha não. Depois que tudo isto regularizar. Eles voltarão a ganhar o dinheiro deles. Milhões às nossas custas. Nunca vamos esquecer.”

Bento Rodrigues



4.2. Da Toxidade da Lama que Contaminou o Solo e a Água dos Rios

A passagem da lama por diversos municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo causou a interrupção imediata da captação de água para abastecimento, previamente realizada a partir do Rio Doce. Essa situação gerou um colapso hídrico em toda a Bacia do Rio Doce, gerando falta de água generalizada em muitas cidades, que passaram a depender de abastecimento por caminhões pipa e caixas d'água, disponibilizadas basicamente pelas prefeituras e pela própria Samarco. Doações solidárias de água de diversos lugares do Brasil chegaram também para muitos destes municípios, mas em um montante insuficiente para garantir a manutenção das necessidades básicas das populações do eixo do Rio Doce.

O abastecimento da maior cidade da região, Governador Valadares (MG), com quase 300 mil habitantes, foi suspenso desde o dia 08 de novembro. A Prefeita Elisa Costa decretou, no dia 10 de novembro, estado de calamidade pública. No dia 13 de novembro, a Vale enviou para a cidade água contaminada com querosene³³. A situação crítica está longe de se resolver, embora em algumas cidades, como Governador Valadares, tenha começado novamente a tratar a água do Rio Doce para abastecimento humano, apesar de a captação ser interrompida a cada três dias, para limpar a lama da estação de tratamento³⁴.

Depoimentos dos moradores indicam não só forte odor e gosto diferente desta água e preocupações sobre o impacto na saúde, como também a afirmação da empresa de ausência de toxicidade na lama. Além disso, considerando o consumo de água da atividade de mineração, conforme mencionado anteriormente, o fornecimento de água para os moradores consistia em um problema anterior ao desastre, sendo aprofundado com o mesmo.

Quando perguntado sobre as informações em torno da questão ambiental, da água, do rio e a possível toxicidade da lama, morador de Bento Rodrigues, entrevistado em 14 de novembro de 2015, afirmou:

Não, para a gente não chega não. A única informação que tem é o que vem da TV. Eles mesmos falaram que a lama não é tóxica. Mas até pelo conhecimento que eu tenho, ela é tóxica sim porque são usados muitos produtos para a lavagem do minério, não é só a água. Então eu creio que estes produtos juntos aí, e depois como era lavado, tinha um mau cheiro, tinha um cheiro muito forte de soda caustica. Até mesmo antes da barragem se romper, a gente morava perto do rio, até dentro da comunidade a gente sentia um cheiro muito forte. Quando dava alguma descarga lá em cima, quando abriam

33 Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/11/13/vale-envia-agua-com-querosene-para-moradores-de-governador-valadares-mg.htm>>. Acesso em: 08 dez. 2015.

34 Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-11/abastecimento-com-agua-do-rio-doce-e-retomado-em-governador-valadares-e>>. Acesso em: 08 dez. 2015.

alguma comporta, para a gente aqui embaixo era bem constrangedor aquele cheiro. Se você tivesse almoçando você não conseguia almoçar direito. Aí quando a gente indagava, eles falavam que era normal, que era isso e aquilo... Até hoje eles falam que não era tóxico, mas até onde eu sei. Eu ia pescar no rio, e se você ficasse muito tempo no rio, aquele peixe que você pescou não servia mais. Começava a derreter mesmo. Chegava em casa quase em estado de podridão, não prestava mais para consumo. Aí era feito análise dessa água, mas para a gente nunca chegou nenhuma resposta de nada. Até então a gente não frequentava mais os poços onde a gente nadava neste rio. A gente deixou esta rotina de lado. Estávamos procurando outros pontos, da nossa própria conta. E ela mesmo para a gente não fazia muita coisa não. Eles falam que esta lama não é tóxica, mas para mim eu creio que sim. O contato ali com esta lama, o povo deve ficar preocupado e tem que procurar atendimento médico. Tem gente que acha que não, mas para mim eu creio que ela é perigosa, que é um risco.

A gente estava passando por uma necessidade de água, morando em um distrito cercado de água, a Samarco levou nossos recursos que é a água e não tinha nenhum retorno. Aí criaram, acho que a Samarco estava pagando para a prefeitura fornecer essa água, mas até o momento a gente não tinha essa água funcionando e ficava por isso. A Samarco estava já há muitos anos levando o nosso recurso e não tinha nenhum retorno.

Moradora da Paracatu de Baixo, agricultora que teve a sua chácara, horta e produção destruída também revelou em entrevista concedida à Justiça Global, em 14 de novembro, 2015, divulgação da não toxicidade da lama pela empresa. Ao mesmo tempo a agricultora revelou a existência de mau cheiro:

Gerente da empresa já conversou comigo. Falaram: a senhora fique tranquila porque não tem perigo. Não tem cheiro. Já teve demais, carniça ali. Os peixes fedeu demais. Eu fiquei até imaginando que podia ter corpo ali. Aí descobrimos que era o tanque de peixe.

O marido da agricultora, também agricultor, argumentou na mesma entrevista:

A gente fica mais ou menos evitando de ter contato com este lugar que foi alagado. Pode não ter coisa tóxica, mas só dessa lama ficar represada aí, vem micróbio nesta lama aí. Não pode nem criança, nem ninguém andar nesta lama aí. A menina dali foi andar, atolou e sujou a roupa toda.

Produtor de leite, também de Paracatu de Cima, durante entrevista em 14 de novembro de 2015, revelou o desencontro de informações sobre a problemática:

Tem pessoas aqui que falaram comigo que esta lama é muito tóxica. Que se uma galinha pisar nessa lama, eu não posso comer a carne dela. Eu busquei amigos meus, pessoas que já trabalhou com este tipo de lama que me falou o contrário, que ela tem mesmo algum produto, mas que não é metal pesado, não é tóxico, tem soda caustica, tem outros tipos de componentes lá que pode prejudicar a pele, irritar a pele, mas que não é tão agressiva assim como foi falado. Tem outro amigo meu que trabalhou na Samarco por 30 anos, ele trabalhava nesta parte de laboratório. Ele falou para mim que a lama não é tóxica. Sempre que vem alguém da empresa eu pergunto. Eles falaram que não. Então, a gente tem que acreditar que alguma coisa boa vai acontecer porque se a gente for pensar que esta lama é venenosa, aí a tragédia é muito maior né?

Ao mesmo tempo, o agricultor demonstra preocupações sobre o impacto do desastre ambiental na qualidade da água do Rio:

Ah, já afetou né? Afetou, e muito. O Rio ficou bem assoreado. Na hora de chover, a gente não sabe o que a caixa do Rio vai comportar, se vai gerar algum acidente, enchente ou alguma coisa assim. Isso é uma coisa que estamos avaliando ainda, mas o Rio foi muito afetado. Se tiver alguma imagem do Rio, você não ver o lodo do Rio mais, você vai correr em cima da lama. Neste sentido é uma situação complicada esta aí porque não sei se vai retirar a lama, não sei o que vai fazer, mas esta parte do meio ambiente ficou muito afetada.

Moradora de Camargos também reflete sobre os impactos ambientais, afirmando

Na Samarco eles estão falando que neste resíduo não tem nada tóxico, mas a gente não acredita porque muita gente que a gente conhece, parente que trabalhou lá, sabe que tem mercúrio, sabe que tem sódio, que tem vários tipos de resíduos tóxicos porque isso vai acumulando os anos todo né? Isso desce. Se mata os peixes, mata tudo, mata tudo né? Acho que foi uma catástrofe muito grande para a nossa Minas Gerais. Foi uma judiação com o meio ambiente que nem em 10-15 vai recompor o que foi devastado (Entrevista em 14 de nov. 2015).

O município de Colatina, no estado do Espírito Santo, chegou a retomar o tratamento da água do Rio Doce, mas no dia 23 de novembro interrompeu novamente, por dúvidas em relação à eficácia do tratamento³⁵.

A alta mortalidade dos peixes e a dificuldade do tratamento da água proveniente do Rio Doce levantam sérias dúvidas sobre a toxicidade da água e da lama. Esta diferenciação é fundamental: é importante monitorar a água, mas não somente.

Em toda barragem de rejeitos de mineração, há depositado uma alta porcentagem de ferro, mas também outros minerais, especialmente a sílica. Mas agregada à rocha de ferro, sempre se encontra residualmente uma série de metais pesados como manganês, chumbo, cádmio, cromo e arsênio. O caso do arsênio é particularmente importante porque o complexo minerador de Mariana está localizado em uma província mineral que possui, segundo os geólogos, uma anomalia geológica, por ter uma concentração muito alta de arsênio associada ao ferro. Todos estes minerais pesados são encontrados de forma residual na rocha, mas em uma barragem de rejeitos podem possuir maior concentração. Metais pesados costumam se depositar no leito do rio, pela própria natureza da substância. Nesse sentido, não são suficientes as análises feitas somente na água, os leitos dos rios também precisam ser analisados. Essa concentração mais alta de metais pesados não causa um dano à saúde de modo imediato, entretanto, costuma se manifestar no organismo anos após o contato. Caracteriza-se, então, como uma questão de saúde pública associada à água e à lama de longuíssimo prazo.

35 Disponível em: < <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2015/11/captacao-no-rio-doce-e-retomada-em-colatina-apos-analises.html>>. Acesso em: 08 dez. 2015.

Importante salientar que as análises da água e dos leitos dos rios devem levar em consideração, para além do material tóxico depositado na barragem, a matéria orgânica decorrente das plantações, criações de animais, arbustos. Tudo isso foi arrastado pela lama tóxica por 100 quilômetros. Todos estes elementos geram uma decomposição orgânica em uma escala muito alta nos locais onde foram depositados e nos rios.

Além destes, há também as áreas urbanas dos distritos que foram aniquilados, tendo sido arrastado pela lama também: caixas de gordura, fossas, e até um garimpo à jusante de Bento Rodrigues também foi soterrado. Neste lugar se extraía ouro com a utilização de mercúrio. Como se pode perceber, então, lama e água possuem alta complexidade.

Os órgãos públicos não têm sido capazes de fazer um monitoramento adequado de toda esta água e lama, em pontos diferentes da bacia e com regularidade. Algumas análises sobre a água foram liberadas pelas prefeituras de Governador Valadares (MG), Baixo Guandu (ES) e Colatina (ES), mas muito focadas na água e sem disponibilizar, em geral, todos os dados das análises.

Mesmo reconhecendo-se as limitações dos estudos de monitoramento que vem sendo divulgados, é importante considerar algumas das informações trazidas pelo monitoramento feito pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM)³⁶. O estudo trata apenas das águas superficiais e sedimentos do Rio Doce, não abrangendo, em seu escopo, os Rios Gualaxo do Norte e Carmo, afluentes do Rio Doce, que foram imediatamente atingidos pela torrente de rejeitos. Segundo consta no relatório, “não foi possível coletar amostras de água nos rios Gualaxo do Norte (diretamente afetado pelo rompimento das barragens) e no rio do Carmo (recebe a contribuição direta do rio Gualaxo do Norte) devido ao volume de rejeitos e corpos de água completamente assoreados”³⁷.

No monitoramento, o IGAM considerou os seguintes parâmetros: turbidez, condutividade elétrica, oxigênio dissolvido, pH, temperatura, sólidos totais, sólidos dissolvidos totais, sólidos em suspensão totais, arsênio total, bem como os metais: alumínio dissolvido, ferro dissolvido, cobre dissolvido, cromo total, cádmio total, chumbo total, manganês total, mercúrio total e níquel total. Os trabalhos têm sido realizados de modo contínuo desde o dia 7 de novembro, em 12 pontos de monitoramento ao longo do curso do Rio Doce. Destacamos, a seguir, alguns pontos do relatório técnico:

36 Instituto Mineiro de Gestão das Águas. **Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais do Rio Doce no Estado de Minas Gerais (Relatório Técnico Preliminar)**, de 30 de Novembro de 2015. Disponível em: <http://www.igam.mg.gov.br/images/stories/2015_ARQUIVOS/QUALIDADE_RIO_DOCE/2Relatorio_Qualidade_30nov.pdf>. Acesso em 05 dez. 2015.

37 Ibidem.

- Turbidez: Nos dois primeiros dias de monitoramento, os valores de turbidez em pontos do Rio Doce ultrapassaram em mais de seis mil vezes o valor máximo permitido pela legislação, de 100 NTU. Nos municípios de Rio Doce (MG) e Belo Oriente (MG) foram observados valores da ordem de centenas milhares de unidades de turbidez, atingindo o valor máximo de 606.200 NTU, no município de Marliéria. Como consequência da chegada da corrente de rejeito, a partir do dia 9 de novembro, os valores de turbidez chegaram a registrar o valor de 140.000 NTU em Governador Valadares (MG).
- Oxigênio dissolvido: Os pontos de coleta registraram baixas concentrações de oxigênio, abaixo de 0,5 mg/L, em consequência da presença de rejeito.
- Condutividade elétrica: O relatório indica que, no período de 07 a 13 de novembro, os valores de condutividade elétrica variaram entre 99,41 $\mu\text{S/cm}$ e 312,3 $\mu\text{S/cm}$. Níveis superiores a 100 $\mu\text{S/cm}$ indicam ambientes impactados.
- Sólidos (totais, dissolvidos e em suspensão): Segundo o relatório, “em decorrência da presença do rejeito no trecho localizado entre os municípios de Rio Doce (MG) e Belo Oriente (MG), os sólidos em suspensão aumentaram na ordem de centenas de milhares, sendo a maior parcela da medida de sólidos totais, enquanto a proporção dos sólidos dissolvidos está na ordem de centenas em decorrência de um aumento de cerca de 3 a 6 vezes em relação ao observado na série histórica”. No trecho entre Periquito (MG) e Conselheiro Pena (MG), os valores sofreram elevação a partir do dia 9 de novembro, com a chegada do rejeito. O valor máximo registrado foi de 30.270 mg/L em Tumiritinga (MG), no dia 12 de novembro.
- Ferro dissolvido: Os valores de ferro dissolvido também se elevaram na medida em que a corrente de rejeitos avançou sobre o Rio Doce. O maior valor encontrado foi de 32,26 mg/L, em Belo Oriente (MG), muito superior ao limite legal, que é de 0,3 mg/L
- Manganês total: No pico da passagem dos rejeitos entre os municípios de Rio Doce (MG) e Belo Oriente (MG), os valores de manganês estiveram entre 9,65 e 936 mg/L. O limite legal é de 0,1 mg/L.
- Alumínio dissolvido: Os maiores valores de alumínio foram encontrados entre os municípios de Rio Casca (MG) e Belo Oriente (MG) nos dias 7 e 8, apresentando resultados entre 2,90 e 32,20 mg/L. O limite legal é de 0,1 mg/L
- Arsênio total, cádmio total, chumbo total, cromo total, mercúrio total, níquel total e cobre dissolvido: O relatório constatou o aumento dos valores de arsênio, cádmio, chumbo, cromo e níquel na medida em que o fluxo dos rejeitos alcançou os pontos de monitoramento. O maior valor de arsênio total registrado foi 0,11 mg/L em Belo Oriente (MG), no dia 8 de novembro, valor mais que 10 vezes superior ao limite legal, de 0,1 mg/L. Na mesma data e no mesmo município também foi registrado o maior valor de cádmio total, de aproximadamente 0,016 mg/L, quando o limite legal é de 0,001 mg/L. Os valores de chumbo total chegaram a 1,65 mg/L em Ipatinga, no dia 7 de novembro; de cobre dissolvido a 0,67 mg/L em Rio Casca, também no dia 7; de cromo total a 2,83, em Belo Oriente, no dia 8 de novembro, e de níquel total a aproximadamente 6,5 mg/L, em Marliéria, no dia 7 de novembro. Todos os valores são dezenas ou até centenas de vezes superiores aos limites legais permitidos.

5. O ATENDIMENTO ÀS PESSOAS ATINGIDAS NAS ÁREAS RURAIS DO ALTO RIO DOCE

Não é apenas na análise da toxicidade dos rejeitos, da água e da lama, que a postura do poder público mostra-se morosa e nada transparente. Na maioria dos distritos atingidos da região do Rio Doce, e em especial nos distritos diretamente atingidos pela torrente de rejeitos nos municípios de Mariana e Barra Longa, verificou-se forte presença da empresa Samarco, em detrimento dos órgãos públicos como as Defensorias Públicas, Ministério Público e Prefeituras. A mediação dos danos causados pela tragédia tem se dado mais através de funcionários da empresa do que com representantes dos órgãos públicos, como pôde atestar a equipe da Justiça Global em visitas aos locais. Temos um indicativo da necessidade de maior atenção dos órgãos públicos nos distritos rurais, que foram impactados fortemente pela lama. Como exemplos:

Gesteira (distrito de Barra Longa)

Segundo relatos dos moradores todas as plantações foram destruídas. O local vivia de agricultura familiar e da criação de gado leiteiro, para a venda de leite e produção de laticínios. Muitas criações foram soterradas pela lama no dia tragédia. As criações têm morrido desde então, porque embora se tenha alimentação nos altos dos morros, com farta área de pastagem, em muitos lugares as criações não têm mais onde beber água, já que a lama contaminou o rio. Uma das pontes para o distrito foi destruída, e a localidade se encontra dividida em dois lugares, sem comunicação até o presente momento.

Paracatu de Cima (distrito de Mariana)

O distrito de Paracatu de Cima fica a cerca de 40 quilômetros do centro de Mariana. A localidade é formada por pequenas propriedades rurais, grande parte às margens do Rio Gualaxo do Norte, que recebeu direta e imediatamente a torrente de rejeitos com o rompimento da barragem. O cenário é de destruição por todo o curso do rio, quase completamente assoreado pelos rejeitos. Com o passar dos dias, a lama seca vai se tornando um cimento duro depositado em seu leito. A torrente de rejeitos levou plantações, criações, árvores nativas, casas e estábulos que se encontravam no vale do rio Gualaxo. A força destruidora dos rejeitos também levou pontes e cobriu estradas, deixando moradores ilhados e sem luz. Moradores relatam que foram avisados do rompimento da barragem por um helicóptero, e saíram às pressas de suas casas no início da noite do dia 5 de novembro. Muitos buscaram abrigo nas propriedades vizinhas em pontos mais altos da localidade, e ouviram durante toda a noite o som da destruição com o avanço da lama. Pela manhã, a dor de ver o trabalho de uma vida inundado e levado pelos rejeitos. Além das casas destruídas, os produtores rurais ainda sofrem com o sério comprometimento das suas atividades laborais. A criação de gado, uma das principais atividades da região, encontra-se seriamente comprometida, seja pela morte de animais, destruição da pastagem, ou pela contaminação e assoreamento do Rio Gualaxo do Norte, que abastecia o rebanho.

Agricultor de Paracatu de Cima explicou,

A gente tem uma Associação de Produtores de Leite aqui onde 85-90 famílias fazem parte. 50% foi afetado totalmente, não consegue produzir, não consegue vender os produtos, a produção caiu, quem ainda tá produzindo está produzindo muito pouco porque prejudicou a alimentação do gado, a alimentação das vacas. A nossa Associação tem uma despesa fixa, mensal, e essa despesa ela é diluída pelo volume total. O nosso volume total hoje está em torno de 2500 litros, sendo que era 5-6 mil litros por dia. Então acabou afetando a Associação por um todo porque o preço hoje vai ser menor do que a despesa que vai aumentar. Então, a Associação ficou bem prejudicada, a atividade, porque a economia da nossa região é a atividade leiteira. Além da gente sobreviver disso a gente gera emprego. Entendeu? Eu pelo menos, a única coisa que eu faço é produzir leite. Então, todo mundo fica afetado (Entrevista em 14 de nov. 2015).

Rio Gualaxo do Norte, Paracatu de Cima



Outra família de agricultores também revelou que toda a sua produção havia sido destruída: “Laranja, banana, Inhame, Mandioca, tudo nós tínhamos aqui. Tudo tinha. E não era pouco não. Para sustento nosso, e sustento dos filhos que viam e levavam do quintal”. E quando perguntados sobre o que aconteceu com essa produção, responderam: “Acabou tudo. É aquela que vocês foram nela, na casa amarela. Lá, não tem nada mais não. Eu estava com uma horta que estava uma lindeza. Muita coisa mesmo” (Entrevista em 14 de nov., 2014).

É importante destacar que são pessoas que passaram toda uma vida vivendo da agricultura: “Já estou com 73 anos, nasci os dentes na roça, trabalhando na enxada mesmo, na enxada, e agora vou para a cidade? Não vou não”. Além disso, quando questionados sobre a reação ao desastre, a agricultora de Paracatu de Cima afirmou, “só aborrecimento. Uma coisa que pensei também: será que vou terminar minha vida deste tipo? Eu não aguento a cidade. Estou acostumada aqui no meio rural” (Entrevista em 14 de nov., 2014).

Ponte do Gama (distrito de Mariana)

Muitas casas e plantações foram destruídas. A Defesa Civil de Mariana convenceu as famílias restantes a se mudarem para Mariana no dia 24 de novembro.

De igual maneira, registaram-se perdas de criações e áreas de plantio nos distritos de **Pedras, Camargos, Bicas e Campinas**, todos pertencentes ao município de Mariana. Apenas após 20 dias da tragédia, a população começou a ser assistida de modo contínuo.

Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo

Os moradores de Bento Rodrigues e de Paracatu de Baixo, as duas localidades mais afetadas pela destruição promovida pela lama tóxica que desceu com o rompimento da barragem, estão hospedados em hotéis na cidade de Mariana, e também em locais que foram adaptados para receber os moradores. As condições em que estas pessoas foram acolhidas mostra-se variável, tanto pelo tratamento que têm recebido nos hotéis da cidade, quanto pelas condições e estrutura dos abrigos improvisados. O desagrado com esta situação de provisoriedade é, no entanto, comum a todos os moradores - sentem-se como nômades, desprovidos de pertences mais básicos, tendo que dividir pequenos espaços com familiares, amigos ou mesmo com pessoas desconhecidas. A demanda comum é pela saída dos hotéis e abrigos provisórios para casas a serem alugadas pela Samarco na cidade.

Os antigos moradores de Bento Rodrigues e de Paracatu de Baixo temem pela insegurança do período de aluguel provisório, questionando a garantia de estabilidade nos locais oferecidos neste momento. Será suficiente para começar a reconstruir a sua vida e estruturar uma nova moradia, ou logo serão realocados novamente, recomeçando a peregrinação que já acontece em alguns hotéis e abrigos da cidade? À seguinte seguem depoimentos que revelam estas preocupações.

As famílias estão ficando hoje em hotéis, hotéis divididos, em vários hotéis da cidade. Tem gente de Bento Rodrigues, tem gente de Paracatu. E o povo hoje quer sair dos hotéis, quer ir para casa, moradia. Principalmente o que precisamos? Construir um novo Bento. Por isso criamos esta Comissão para estar junto à Samarco, cobrando, para saber em quanto tempo eles vão fazer este novo Bento Rodrigues, este novo subdistrito. Ninguém aguenta mais ficar em hotel. Tem família que tem dez crianças. Tem uns que vivem só. Não temos certeza se vão levar para uma casa e quanto tempo vão pagar o aluguel. Falam que vão pagar até construírem um novo Bento, mas não temos ali um documento que afirme isso. É disso que precisamos da Samarco (Morador de Mariana, entrevista em 14 de nov., 2015).

Ficou todo mundo ali na Arena, de Paracatu, de Bento, todo mundo junto ali, até eles decidirem que a gente ia para o hotel. Ainda não tinha condições de entrar porque a gente chegava no hotel e não tinha sido combinado nada, você passava o transtorno de ficar ali do lado de fora, com as doações que a gente recebeu, com as crianças, eu tenho duas crianças, no sol quente, ficando do lado de fora do hotel porque não tinha sido combinado, não tinha sido avisado.

Já tem 9-10 dias que estamos aqui, esperando um retorno da Samarco. Falaram da casa, mas não se sabe quando, se é nessa semana, na outra ou na outra ainda. Falaram que vão dar uma casa para a gente e depois dessa casa que vai ser reerguida a nossa comunidade de novo, nosso distrito. Não se sabe aonde ainda. Eles estão procurando um lugar seguro. A gente fica nessa. Assim como houve descaso de não avisar para a gente que essa barragem tinha rompido, que tinha esse risco, um dia antes, uma hora antes, 10 minutos antes, o que fosse, a gente fica com medo também de hoje ou amanhã, não ter mais o hotel, por exemplo, de a gente ser retirado do hotel e não ter uma casa ainda para ir. Eles não construíram ainda esta vila. A gente fica jogado né?

Se eles esquecerem acho que a gente vai ficar abandonado. Chega um ponto que vamos ser expulsos do hotel. Tem um hotel que já pediu o hotel porque ia ter um evento. Transferiram o povo para outro hotel. Já é um transtorno para a pessoa, para a criança, tem que tirar tudo de novo. Fica aquele medo. Se a gente não tiver mais casa. A gente vai ficar igual cigano, indo daqui ali... Fica difícil (Morador de Bento Rodrigues, entrevista em 14 de nov., 2015).

Além da acomodação, os moradores recebem três refeições nos hotéis em que foram acolhidos. Em alguns locais, no entanto, foi relatado que há diferença de padrão entre os serviços oferecidos para os hóspedes regulares dos hotéis e os serviços oferecidos aos moradores desabrigados de Bento e Paracatu de Baixo. Alguns dos antigos moradores relatam que a comida não é mesma que costuma ser oferecida aos hóspedes regulares, e que o padrão de limpeza periódica dos quartos também se mostra inferior.

Outros relatos obtidos sinalizam também o descontentamento de moradores por terem sido alocados em locais separados de seus familiares, muitas vezes distantes. O desastre também causou uma quebra no vínculo da comunidade:

A gente, por ser uma comunidade fechada, unida, às vezes as pessoas pensam que não é, por ser pequena assim, mas a gente é bem unido. Costumamos dizer que somos todos parentes. Embora minha família seja muito grande, sou da família Souza, minha família é muito grande, a gente conta que perdemos tudo. Perdi minha casa, minha rua. Então para mim, aquela pessoa que perdeu um ente querido, é como se fosse um pedaço de mim também, da minha família também. Porque conheço todo mundo aqui, um apoia o outro. O que preciso vou na casa do meu vizinho, vou na rua de baixo, e vice-versa. Um procura o outro para tudo, para trabalho, para tudo (Morador de Bento Rodrigues, entrevista em 14 de nov., 2015).

Há também um impacto direto na rotina de trabalho desses moradores. Quase todos os moradores não estão mais em condições de exercer suas atividades laborais, seja porque exerciam atividades agropecuárias ligadas diretamente à terra arrasada pela lama, seja porque exerciam atividades ligadas à economia local (comércio, pequena atividade de construção civil - pedreiro, marceneiro – etc.). Como afirmou morador de Bento Rodrigues,

Espero o mais rápido possível para a gente recomeçar. Voltar de novo a nossa rotina, criar nossas filhas. Criar as crianças na cidade é muito complicado. A cidade é bem diferente da nossa rotina. A gente fica até sem saber o que fazer. A gente sai, vai num hotel, visita um amigo, um parente, sai um pouquinho, busca uma coisa ali e aqui, mas não é a mesma coisa, não é a mesma coisa (Entrevista em 14 de nov., 2015).

Alguns moradores instalados em abrigos provisórios dividem espaços com dezenas de pessoas. As camas colocadas lado a lado e as pequenas sacolas com pertences se amontoam nessas salas tornadas quartos. Foi também relatado a inadequação dessas dependências, sobretudo com relação aos idosos e às pessoas que possuem alguma dificuldade de locomoção ou deficiência física.

No quarto da minha vó têm 14 pessoas, que moravam na mesma casa, ficou todo mundo no mesmo quarto. Tenho até uma foto aqui para te mostrar. Lá tem um número maior de pessoas, de Bento e de Paracatu. Aqui está concentrado só o pessoal de Bento. O quarto dela é assim, cheio de gente, 14 pessoas dormindo, todos juntos (Morador de Bento Rodrigues, entrevista em 14 de nov., 2015).

Os antigos moradores de Bento Rodrigues e de Paracatu de Baixo também relatam a falta de assistência financeira para a compra de itens básicos de sobrevivência. A este respeito, a Samarco comprometeu-se a fornecer a cada “chefe de família” um cartão contendo o valor de um salário mínimo, que poderia ser utilizado em qualquer comércio da cidade. Não foram informados detalhes sobre tal cartão, e ainda há muitas dúvidas sobre a liquidez deste formato de repasse de dinheiro por parte da mineradora. Há também críticas quanto ao valor a ser conferido a cada família, que se mostra insuficiente para cobrir os gastos mais básicos. A este respeito, a Prefeitura de Mariana informou que solicitou à Samarco um aumento de 20% do valor para cada dependente. No momento da visita em campo, este cartão ainda não havia sido distribuído e a Samarco ainda não havia respondido a esta solicitação de aumento de valor conforme a quantidade de dependentes

Em reunião organizada pela prefeitura de Mariana no dia 14 de novembro, os moradores de Bento declararam que não querem retornar ao antigo lugar onde ficava o vilarejo. Eles demandam que Bento seja reconstruído em um outro local, pela Samarco, em terreno da própria mineradora ou cedido pela Prefeitura, conforme pode ser verificado no depoimento a seguir

O povo está todo empenhado hoje para que seja na direção do antigo Bento. Onde existia o Bento Rodrigues. A empresa mesmo tem uma área que poderia estar disponibilizando. Isso vai ser posto em votação com a comunidade. Lá onde era Bento Rodrigues ninguém quer. O trauma é tanto que tem gente que não quer nem ir lá para visitar (Morador de Mariana, membro da Comissão de Moradores, entrevista em 14 de nov. 2015).

Alguns moradores de Bento relataram que tem sofrido, ainda, com atitudes discriminatórias e racistas por parte dos moradores de Mariana, e mesmo nos hotéis onde estão alojados. Declarações como “lá vem aquele bando de pretos” ou “lá vem aquele bando de sem teto” foram descritas como comuns por alguns moradores. Esta situação afeta, sobretudo as crianças e jovens, que não tem mais a mesma liberdade de circulação, e ficam sempre sob o olhar atento dos pais e parentes.

Hoje a gente tá aí, às vezes a gente passa na rua e falam, olha o desabrigado, o sem-teto. Tem muita gente que nem quer sair do hotel, tem gente que fica trancado no hotel o tempo todo, o tempo todo. Têm uns idosos aí que não saem com medo de certas agressões verbais. A minha vó mesmo sofre muito no quarto. Ela tem dificuldade de andar de um lado para outro, se ela ficar andando muito hoje, amanhã ela tem que ficar o dia deitada. Aí não sai, tem medo dessas coisas. Tem medo de estarem falando certas coisas que agridem lá no coração. A gente fala assim, a gente é da roça, a gente é humilde, mas cada um sabe o que quer (Morador de Bento Rodrigues, entrevista em 14 de nov. 2015).

6. ACESSO À INFORMAÇÃO

Como revelado em diversos depoimentos apresentados anteriormente, a violação do direito ao acesso à informação foi uma constante desde o primeiro momento da tragédia. A falta de informação sobre o número de vítimas, sobre a abrangência da destruição, sobre o número total de comunidades atingidas, sobre o risco de outras rupturas nas barragens, sobre os níveis de metal pesado presentes nas barragens, sobre a possível toxicidade da água e da lama, sobre os impactos dessa lama para a saúde humana, sobre os impactos da lama sobre os animais, sobre o impacto da lama em longo prazo para o ecossistema. As famílias que tiveram as casas destruídas ou que tiveram algum familiar morto tampouco tiveram informações adequadas sobre os procedimentos realizados ao longo de vinte dias de tragédia.

O episódio mais emblemático de violação ao acesso à informação diz respeito à própria causa do desastre. Durante dez dias, a empresa e o poder público divulgaram que duas barragens de

rejeitos haviam rompido – a barragem do Fundão e a barragem de Santarém. Veicularam-se, inclusive, explicações mais detalhadas, que diziam que a barragem do Fundão teria rompido e ocasionado o rompimento da barragem de Santarém, localizada em terreno mais abaixo. Estas informações foram divulgadas inclusive por órgãos de fiscalização, e replicadas pela imprensa. Apenas no dia 15 de novembro, em um programa nacional de televisão, foi finalmente divulgada a informação de que apenas uma das barragens de rejeitos tinha se rompido. A informação foi fornecida por técnicos do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), em entrevista ao Fantástico, da Rede Globo.

Este caso demonstra ou uma séria negligência da empresa e dos órgãos públicos de fiscalização, que demoraram dez dias para descobrir que apenas uma das barragens havia rompido, ou um sério caso de violação ao acesso à informação, com o ocultamento das efetivas causas do acidente e da proporção dos riscos de novas catástrofes. As notícias de rachaduras nas barragens de Germano e Santarém também circularam por vários dias como rumores, causando pânico na população local. Foram também vários dias após o desastre que a Samarco finalmente confirmou as rachaduras, e forneceu maiores detalhes sobre os procedimentos emergenciais de contenção que viria a adotar.

Uma moradora de Camargos afirmou: “tem muitas coisas ocultas”. Circulava na região, informações sobre o possível rompimento de uma outra barragem, o que neste momento era considerada como a terceira. Durante entrevista no dia 14 de novembro de 2015, com esta moradora, uma sirena tocou. Quando perguntamos o que lhe fora explicado sobre a sirene, esta moradora contou:

Não sei, não falaram nada. Só que se a sirene tocasse era para correr para o lado da igreja porque era a represa que ia estourar. A gente não sabe se é alarme falso, o quê que é né?! A gente tá aqui apreensivo com isso né? Não sei se é um teste que estão fazendo. O povo passou aí agora da Samarco. Oh bem, pega documento, coloca na bolsa, roupa, porque a sirene tocou lá em cima. A gente não sabe se é um alarme, uma buzina. Liga o radio aí agora porque aí a gente fica sabendo. Pior que desceu gente para a cachoeira, não podia descer. Liga aí porque em tempo real eles vão dar a notícia. Vai ver a Graça vai descer se ela escutar. Mas é um troço porque você não vai ter sossego aqui nem para dormir. A gente queria uma resposta da Samarco para ver como é que vai ficar. Porque o dia que aconteceu, a gente leva um susto, fica num estado de choque, com tudo isso que aconteceu e até hoje ninguém teve sossego. Porque Bento já foi destruída. Você já pensou no nosso Camargo? Uma distância dessa, acontecer o pior, ter que sair correndo? É um absurdo um trem deste.

É, hoje tivemos uma notícia que tem uma barragem. Tem um trole lá filmando, aí diz que esta barragem tem três metros de trinca. Aí a Samarco desmente diz que não tem, e o bombeiro confirmou que tem. Então a gente está sem saber em quem acreditar. Mas o bombeiro deu uma entrevista hoje e disse que tem. Eles dizem que estão dando manutenção, mas sei lá se eles vão dar manutenção igual estavam dando na outra que estourou? Aí em vez de estourar uma, estourou duas. Eu não acredito em mais nada que eles falam. Vamos torcer que tudo dê certo para a gente.

Um morador de Bento Rodrigues também denunciou os problemas em torno das informações:

É muito preocupante para a gente não saber nada, do que tá lá. Tem pessoas de lá que não foram encontradas. As informações são distorcidas, desencontradas. A gente não sabe ao certo o que está acontecendo, o que não está, se está havendo busca pelas pessoas, o que está acontecendo (Entrevista em 14 de nov. 2015).

7. DA FORMA JURÍDICA QUE DIFICULTA A RESPONSABILIZAÇÃO DAS EMPRESAS

Inicialmente, é preciso registrar que, conforme reconhecido pela 3ª Vara Cível da Seção do Espírito Santo, em decisão liminar que obriga a Samarco a apresentar e executar um plano de contingência para prevenir e conter o avanço da lama sobre as praias do Espírito Santo, a Samarco “não se pautou antes e não vem se pautando ainda pelo atendimento dos princípios ambientais da prevenção e precaução”, agindo sempre a partir da provocação do Ministério Público³⁸.

Como já dito acima, a Samarco Mineração é o resultado de um contrato de *joint venture* celebrado entre a Vale S/A e a BHP Billiton, ambas titulares de personalidades jurídicas próprias conforme o direito brasileiro.

Apesar de acionistas da Samarco, as duas empresas negam qualquer responsabilidade legal sobre a tragédia da bacia do Rio Doce. Em recente pronunciamento, Clóvis Torres, consultor-geral da mineradora, afirmou: “Não, a Vale não é responsável legal [pelo desabamento das barragens da Samarco em Mariana]”. Segundo ele, poder-se-ia discutir se a empresa tem responsabilidade como acionista da Samarco, mas não como responsável direta pela tragédia³⁹.

38 Decisão em sede de liminar proferida nos autos da Ação Civil Pública nº. 0133761-45.2015.4.02.5001, que tramita na 3ª Vara Federal Cível, Seção Judiciária do Espírito Santo. Disponível em: <<http://s.conjur.com.br/dl/samarco-plano-contingencia-liminar.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2015.

39 Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/vale-nega-responsabilidade-legal-pelo-desastre-de-mariana>>. Acesso em: 03 dez. 2015.

Em entrevista ao Jornal Folha de São Paulo, o presidente da Vale, Murilo Ferreira, manifestou tristeza em relação ao rompimento da barragem e perplexidade em virtude dos avanços contundentes realizados pela Vale na questão das medidas de segurança. Disse ainda que a recuperação do Rio Doce será a sua “missão de vida”⁴⁰.

Tais declarações públicas se dão em paralelo ao anúncio feito pela Vale da criação de um fundo voluntário, em conjunto com a BHP Biliton, para recuperar o Rio Doce⁴¹.

Segundo a legislação brasileira, a responsável direta pelo trágico episódio em Mariana é a Samarco, em virtude de ter ela uma personalidade jurídica autônoma em relação às empresas que formam seu quadro acionário. Apenas no caso de a Samarco não dispor de recursos suficientes para o ressarcimento das vítimas e do dano ambiental é que suas acionistas seriam chamadas para cobrir os custos; é o que dispõe o art. 4º, da Lei 9.605/98.

Entretanto, se as empresas não têm responsabilidade sobre os danos sociais e ambientais causados pelo rompimento da barragem do Fundão, por que a criação de um fundo voluntário? Na verdade, este tipo de estratégia enquadra-se em uma perspectiva de responsabilidade social corporativa, estratégia utilizada pelas empresas – e, sobretudo a Vale – para não assumir suas obrigações no campo dos direitos humanos, ocultando-se sob o manto de outra personalidade jurídica: aquela criada pela *joint venture*.

Dessa forma, a assunção voluntária do compromisso de criar um fundo para reconstrução do Rio Doce contribui para ocultar o fato de sobre a Vale recair a responsabilidade operacional do empreendimento conjunto, ao passo que a atuação da BHP Biliton no Brasil tem como eixo a “desresponsabilização operacional”, comportando-se esta apenas como um investidor da Samarco⁴². Ademais, a não assunção da responsabilidade direta pela tragédia, concomitantemente à criação de um fundo voluntário, também ofusca a realidade de que a Vale também se beneficiava, em suas atividades, da barragem do Fundão; apesar de inicialmente afirmar que apenas era responsável por 5% do total da barragem, na verdade, este valor alcança os 28%⁴³.

40 Disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/12/1713890-cai-no-chao-mas-agora-tenho-uma-missao-diz-presidente-da-vale-sobre-tragedia-em-mg.shtml?mobile>>. Acesso em: 03 dez. 2015.

41 Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,vale-e-bhp-terao-fundo-voluntario-para-recuperacao-do-rio-doce,10000003139>>. Acesso em: 03 dez. 2015.

42 Informação disponível no Relatório *Antes fosse mais leve a carga: uma avaliação dos aspectos econômicos e sociais do desastre da Vale/BHP/Samarco em Mariana (MG)*, elaborado pelo Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade – PoEMAS. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/PoEMAS-2015-Antes-fose-mais-leve-a-carga-versao-final.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2015

43 Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/12/1715301-vale-jogou-mais-lama-em-barragem-do-que-havia-declarado-aponta-laudo.shtml>>. Acesso em: 08 dez. 2015.

A Vale tem um padrão de atuação que viola direitos humanos. Em 2012, por exemplo, a empresa ganhou o *Public Eye Award* de pior empresa do mundo⁴⁴, pelos impactos ambientais, sociais, nas populações tradicionais e nos direitos trabalhistas que causa em sua atuação em cerca de trinta países, bem como pelas ações de espionagem sobre movimentos sociais.

As violações aos direitos humanos provocadas pela empresa são constantemente denunciadas em dossiês elaborados pela Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, que se contrapõem aos Relatórios de Sustentabilidade da empresa. O último Relatório de Insustentabilidade da Vale denunciou algumas violações decorrentes da atuação da empresa, tais como: espionagem, assoreamento de fontes hídricas, remoções, atropelamentos nas linhas férreas, assédio moral sobre trabalhadores, poluição do ar, falta de transparência sobre os estudos de impacto ambiental, violações ao direito de ir e vir, danos à saúde das comunidades do entorno, vazamento de efluentes ácidos em riachos e subnotificação do número de acidentes de trabalho⁴⁵.

Assim, é estratégico para a Vale não assumir responsabilidade direta sobre o desastre do Rio Doce, comprometendo-se voluntariamente, de modo a dar uma resposta às várias críticas sociais à empresa e também às reações do mercado financeiro, como a retirada da empresa do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa⁴⁶.

Criado em 2005 pela Bolsa de Valores de São Paulo, o índice procura oferecer aos investidores uma opção de carteira composta por ações de empresas que apresentam comprometimento com a “sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa”⁴⁷. A retirada da Vale do ISE provavelmente ocorre para não comprometer o padrão de rentabilidade do índice – o ISE acumula, em 10 anos, uma rentabilidade de 128,9%, ante 51,3% do Ibovespa –, bem como a credibilidade da iniciativa, que anuncia-se “compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea”. Logo após o acidente, as ações ordinárias da Vale sofreram queda de 7,55%⁴⁸.

44 Disponível em: <<http://global.org.br/programas/vale-vence-o-public-eye-awards-premio-de-pior-empresa-do-mundo/>>. Acesso em: 03 dez. 2015.

45 Disponível em: <https://atingidospelavale.files.wordpress.com/2015/04/relatirio_pdf.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2015

46 Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/11/1711320-vale-sai-do-indice-de-sustentabilidade-da-bolsa-apos-tragedia-em-mg.shtml>>. Acesso em: 03 dez. 2015.

47 Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/indices/ResumoIndice.aspx?Indice=ISE&idioma=pt-br>>. Acesso em 06 dez. 2015.

48 Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/4305180/acoes-da-vale-fecham-em-forte-queda-apos-acidente-na-samarco>>. Acesso em 05 dez. 2015.

Entretanto, ao não se impor de forma obrigatória a responsabilidade da Vale quanto às violações de direitos humanos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, não há também como impor uma mudança em estratégias operacionais. Além disso, o valor pago no estabelecimento do fundo é muito inferior ao valor que a empresa teria que pagar se fosse condenada em um processo civil de reparação.

É claro que o ocultamento da responsabilidade da Vale e da BHP Bilinton sobre a tragédia do Rio Doce não se dá em contrariedade ao ordenamento jurídico brasileiro. Na verdade, a forma da sociedade de propósito específico, prevista no art. 981, parágrafo único, do Código Civil brasileiro, permite o apagamento desta responsabilidade, na medida em que com a constituição de uma nova personalidade jurídica (a Samarco Mineração) há uma limitação no comprometimento do patrimônio dos acionistas (Vale e BHP), em um caso como o da bacia do Rio Doce.

Desta forma, o caso também sinaliza a importância de se ampliar a forma de responsabilidade de empresas por violações a direitos humanos, a fim de combater comportamentos contumazes e padrões de operação que vão de encontro aos direitos das populações afetadas e ao direito difuso a um ambiente saudável.

Em paralelo à ambivalência entre a recusa na assunção de responsabilidade direta sobre o desastre do Rio Doce e a retórica de proteção ambiental, a Vale ainda age sem nenhum tipo de transparência no processo legislativo federal, demonstrando seu posicionamento no que refere à flexibilização de normas ambientais.

Está tramitando no Congresso Nacional o Projeto de Lei 5807/13, que altera o Código da Mineração, tem recebido muitas críticas da sociedade civil, em virtude de flexibilizar as regras para o licenciamento ambiental⁴⁹. O relator do projeto na Câmara dos Deputados, Leonardo Quintão, recebeu, nas eleições de 2014, 1,8 milhão de contribuições de empresas mineradoras⁵⁰.

A Vale, por intermédio do escritório de advocacia Pinheiro Neto, que lhe representa judicialmente, tem feito incidência de modo nada transparente e nada democrático no Projeto de Lei 5807/13. Dados criptografados demonstraram que um advogado do escritório, utilizando um computador pertencente ao mesmo escritório, redigiu partes da minuta do projeto de lei⁵¹.

49 Conferir, por exemplo, nota do Comitê em Defesa dos Territórios frente à Mineração, de 2013. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-ppds/proposta-de-codigo-da-mineracao-do-relator-leonardo-quintao-e-um-enorme-retrocesso>>. Acesso em: 08 dez. 2015,

50 Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/deputado-pede-afastamento-do-relator-do-codigo-da-mineracao>>. Acesso em: 08 dez. 2015.

51 Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151202_escritorio_mineradoras_codigo_mineacao_rs>. Acesso em: 08 dez. 2015.

A estratégia de grandes empresas, como a Vale, é bastante conhecida por organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Ao mesmo tempo em que publicamente adere voluntariamente a códigos de conduta internacionais e a políticas de responsabilidade social corporativa, sem que isso represente grandes custos ou mudanças em lógicas operacionais, tais entes privados sabotam as tentativas de controlar sua atuação e de ampliar as modalidades de responsabilidade por violações a direitos humanos.

A título de exemplo, desde a década de 1970, a ONU vê suas tentativas de chegar a um tratado vinculante sobre empresas e direitos humanos naufragarem pela ingerência das empresas e a apresentação da responsabilidade social corporativa como uma alternativa viável à criação de obrigações vinculantes.

Apesar deste cenário pouco favorável às vítimas de direitos humanos, há algumas tentativas de responsabilizar efetivamente a Vale e a BHP Billiton pelo desastre do Rio Doce. Exemplo disso é a afirmação da Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira no dia 27 de novembro. Conforme divulgação ampla por parte dos órgãos de imprensa, o Ministério do Meio Ambiente planeja, em conjunto com os governos dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, processar as controladoras em 20 bilhões de reais para reparar os danos ambientais decorrentes do rompimento da barragem do Fundão, em Mariana, ainda no mês de dezembro. Tal ação seria proposta por meio da Advocacia Geral da União e serviria para recuperação dos danos e revitalização das áreas atingidas na região, pelo rompimento da barragem de rejeitos que resultou no despejo de mais de 50 mil toneladas de lama ao longo de 850 quilômetros do Rio Doce nos dois estados⁵².

Outra possibilidade, aventada por escritórios de advocacia nos Estados Unidos, menciona o eventual cabimento de uma ação coletiva contra a mineradora Vale, alegando possíveis violações à lei de mercado de capitais dos Estados Unidos e imprecisões na divulgação de dados sobre lucros e riscos em seus negócios, abrindo a possibilidade de ressarcimento de perdas por parte dos acionistas, pela desvalorização das ações⁵³.

Como bem afirmou um morador de Bento Rodrigues,

52 Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-11/uniao-minas-gera-e-espirito-santo-vaoproces-sar-samarco-e-vale-em-r-20-bilhoes>>. Acesso em: 08 dez. 2015

53 Disponível em <<http://www.valor.com.br/empresas/4337702/firmas-americanas-e-internacionais-estudam-acao-coletiva-contra-vale>>. Acesso em: 08 dez. 2015.

O que a gente quer, o que a gente queria, a gente não vai ter mais. Mas pelo menos de uma maneira mais confortável possível. E o que a gente quer é ter nossa vida de volta, continuar a nossa rotina. E hoje a gente quer prioridade porque a gente não tinha. Eles traziam gente de fora, tiravam o nosso recurso dali e deixavam a gente de fora e dividia muito a gente. Muita gente desempregado e viam outras pessoas de fora que estavam todo dia trabalhando lá, um trabalho que a gente conseguia fazer muito bem, sem dificuldade nenhuma. E eles deixavam a gente de fora. Para a gente era ruim. Tanto é que às vezes a gente fazia alguma movimentação, faziam umas paradas, não deixa eles passar. A gente se sentia prejudicado. Eles vinham buscar nosso recurso, tinham retorno e a gente não participava, nem direto e nem indiretamente (Entrevista em 14 de nov. 2015).



Barra Longa

8. EVIDÊNCIAS DE RACISMO AMBIENTAL

Pesquisa preliminar, utilizando os dados do Censo de 2010, indica que o rompimento da barragem de rejeitos da Samarco foi também episódio de racismo ambiental.

O conceito “racismo ambiental” se refere a qualquer política, prática ou diretiva que afete ou prejudique, de formas diferentes, voluntária ou involuntariamente, a pessoas, grupos ou comunidades por motivos de raça ou cor. Esta idéia se associa com políticas públicas e práticas industriais encaminhadas a favorecer as empresas impondo altos custos às pessoas de cor. [...] A questão de quem paga e quem se beneficia das políticas ambientais e industriais é fundamental na análise do racismo ambiental (BULLARD, 2005⁵⁴).

Com este conceito, quer-se enfatizar que os desastres socioambientais não afetam as populações de maneira igualitária. Ao contrário, os riscos e impactos recaem de maneira mais dura e evidente sobre grupos étnicos mais vulneráveis. No caso do rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco não foi diferente. Estudo preliminar conduzido pelo Professor Luiz Jardim Wanderley, da Uerj, explora e detalha a distribuição étnico/racial dos moradores de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, e outras localidades afetadas, de acordo com os dados do Censo de 2010⁵⁵.

Bento Rodrigues, localizado no município de Mariana, é parte do distrito de Santa Rita Durão. Bento Rodrigues é classificado pelo IBGE como um “Aglomerado Rural Isolado - Povoado” deste distrito. Tomando por base a população total de Bento Rodrigues (de 492 moradores, segundo o Censo de 2010), e os dados para a população rural de Santa Rita Durão (de 500 moradores, segundo os dados do Censo), o estudo conclui que a população rural do distrito de Santa Rita equivale quase que totalmente à população de Bento Rodrigues, único povoado rural desta área. Deste modo, é possível concluir que as características étnico/raciais atribuídas pelo Censo à população rural de Santa Rita Durão equivalem às características étnico/raciais da população de Bento Rodrigues. O estudo aponta que 84,3% da população de Bento Rodrigues é composta por pretos e pardos, classificação utilizada pelo IBGE.

O estudo utiliza cálculo semelhante para estimar a proporção da população negra em outras localidades atingidas, como Paracatu de Baixo, no município de Mariana, e Gesteira, no município de Barra Longa.

54 BULLARD, Robert. Ética e Racismo Ambiental. Revista Eco 21, ano XV, No 98, janeiro/2005. Disponível em: <http://ambientes.ambientebrasil.com.br/educacao/textos_educativos/etica_e_racismo_ambiental.html>. Acesso em: 08 dez. 2015.

55 WANDERLEY, Luiz Jardim. **Indícios de Racismo Ambiental na Tragédia de Mariana: resultados preliminares e nota técnica (Relatório Preliminar)**. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Wanderley-2015-Ind%C3%ADcios-de-Racismo-Ambiental-na-Trag%C3%A9dia-de-Mariana.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2015.

As conclusões do estudo apontam que os impactos foram mais severos nas áreas de maior população negra. Esta população habitava áreas mais inseguras e mais expostas aos riscos da atividade mineradora, e sofreu diretamente o impacto do rompimento da barragem de rejeitos.

Constata-se de maneira preliminar, com base nos dados apresentados acima, que há uma tendência de intensificação do predomínio de população negra quanto maior a exposição às situações de riscos relacionadas à proximidade com a exploração mineral de ferro e das barragens de rejeito da Samarco. Bento Rodrigues com uma população 84,3% negra se encontrava a pouco mais de 6 km da barragem de rejeito rompida; Paracatu de Baixo com 80% se situava a pouco mais de 40 km a jusante da barragem (seguindo o curso do rio Gualaxo do Norte); o povoado de Gesteira afastado aproximadamente 62 km da barragem apresenta 70,4% da população negra, cidade de Barra Longa com 60,3% da população negra dista cerca de 76 km da barragem aproximadamente. Foram, sobretudo, estas comunidades negras as que mais sofreram com as perdas humanas e com os impactos materiais, simbólicos e psicológicos. (WANDERLEY, 2015⁵⁶)



9. RECOMENDAÇÕES

“O que a gente pede hoje é que eles reconstruam para a gente a nossa comunidade de novo e que dê para a gente o mínimo de dignidade possível” (Morador de Bento Rodrigues, 14 de nov. 2015).

Os impactos sociais, ambientais, culturais e econômicos a longo prazo ainda são impossíveis de serem calculados, uma vez que não existem precedentes para algo desta escala. A partir do trabalho de campo da equipe da Justiça Global e dos estudos disponibilizados até o presente momento, foi possível elaborar uma análise preliminar a respeito da responsabilidade dos atores envolvidos, tanto públicos, quanto privados. Dessa análise, conclui-se que o desastre do Rio Doce não foi um acidente, mas um ilícito, provocado pela irresponsabilidade das empresas Samarco, Vale e BHP Billiton e a negligência do Estado na realização do licenciamento ambiental e na sua fiscalização.

Dessa forma, a Justiça Global recomenda ao **Estado brasileiro (administração pública e instituições do sistema de garantia de direitos da União, bem como dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo)** que

Adote, a partir de um grupo interinstitucional, composto em igual proporção, por poderes legislativos estaduais de Minas Gerais e Espírito Santo, além do federal, organizações e movimentos sociais e empresas envolvidas imediatamente, um **Plano Emergencial** para garantir as demandas da população diretamente atingida pelo rompimento da barragem de rejeitos, que abranja, em especial, mas não exclusivamente:

- a. o atendimento imediato às populações de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, localidades arrasadas pela torrente de rejeitos, de modo a garantir-lhes imediatamente **condições dignas de moradia, bem como a recomposição da renda mensal** subtraída a partir do evento, além de **atendimento e acompanhamento completo de saúde física e mental**;
- b. o atendimento imediato às populações de outros distritos e localidades atingidas pelo rompimento, em especial, mas não exclusivamente, aos distritos de Gesteira, Paracatu de Cima, Pedras e Camargos, sobretudo no que diz respeito à **recomposição de renda e da promoção de políticas** para o restabelecimento dos produtores rurais atingidos pelo desastre, além de atendimento e acompanhamento completo de saúde física e mental;
- c. que o acompanhamento referido acima leve em consideração os efeitos desproporcionais gerados pela situação de discriminação racial em que se encontram as vítimas em razão do desastre;
- d. o adequado **abastecimento e acesso à água potável** em todos os municípios que dependem da bacia do Rio Doce, que contemple não apenas os núcleos urbanos, mas também as comunidades rurais e comunidades indígenas, negras e tradicionais ali instaladas.

e. a criação de um **fundo social de desenvolvimento** sobre toda a área de impacto da Bacia do Rio Doce, com gestão compartilhada entre os poderes públicos e a sociedade civil;

Abra o **diálogo com movimentos sociais** representantes das populações atingidas, de modo a facilitar o processo de identificação e ressarcimento destes indivíduos;

Seja transparente na realização de negociações com as empresas e que **não rebaixe o padrão de direitos humanos** nestas transações;

Deixe de promover a aprovação de projetos de lei que visam flexibilizar os processos de licenciamento ambiental que ampliam os direitos das empresas, em relação aos bens comuns e a terra e território;

Promova a imediata instauração de **investigações imparciais e independentes** com o fim de determinar os atores responsáveis pelas violações cometidas, inclusive a garantia de **assessoria jurídica integral** às vítimas;

Todas as comunidades recebam **medidas de reparação** em conformidade com parâmetros nacionais e internacionais sobre o direito a um recurso efetivo, inclusive o **reassentamento coletivo e integral das famílias residentes nas comunidades de Paracatu de Baixo e Bento Rodrigues**;

Seja avaliado imediatamente o grau de cumprimento, por profissionais ou instituições idôneas, competentes e imparciais, sem custo para as vítimas, das Licenças Ambientais vigentes e se **suspenda a concessão de novas Licenças para as barragens de rejeitos do Fundão, Santarém e Germano**, em conformidade com a legislação brasileira;

Informe devidamente a população da Bacia do Rio Doce, em especial as pessoas diretamente atingidas, sobre os impactos e riscos de impactos à saúde por meio do acesso a informações contidas nas Licenças Ambientais e outros Estudos.

Por fim, entre outras recomendações, a Justiça Global recomenda à **Samarco Mineração, à Vale S/A e à BHP-Billiton** que:

Cumpram, de maneira estrita, com a **legislação brasileira** aplicável em matéria ambiental e de direitos humanos e laborais, nos âmbito nacional e internacional, em conformidade com sua obrigação de respeitar a todos os direitos humanos em suas atividades;

Exerçam **devida diligência**, o que implica tomar todas as medidas necessárias para identificar, prevenir e remediar impactos negativos sobre os direitos humanos e ao meio ambiente, adotando,

com urgência, **medidas para remediar os impactos gerados pela lama tóxica** em todas as comunidades atingidas pelo desastre ambiental;

Adotem medidas preventivas de controle interno que permitam assegurar de maneira efetiva o respeito pelos seus fornecedores e clientes das disposições vigentes em matéria ambiental e de direitos humanos, em conformidade com os parâmetros nacionais, internacionais, assim como de suas políticas internas;

Atuem com **transparência**, inclusive por meio da divulgação de informações completas e corretas em matéria social, ambiental e de governança corporativa destinada aos acionistas;

Abstenham-se de qualquer ação - inclusive judicial - que tenha como objetivo intimidar, desqualificar, criminalizar ou espionar as pessoas que atuam na defesa dos direitos das pessoas atingidas por seus empreendimentos, em conformidade com os parâmetros nacionais e internacionais de proteção aos defensores e defensoras de direitos humanos.



Apoio

SIGRID RAUSING TRUST



FORD FOUNDATION

 justiça global